

NOME: DOUGLAS TOMÁCIO

TÍTULO: SOCIOLINGÜÍSTICA E A ATUAÇÃO DE PROFESSORAS DAS SÉRIES INICIAIS: ESTUDOS SOBRE A PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO DOCENTE.

AUTORES: DOUGLAS TOMÁCIO, DOUGLAS TOMÁCIO, RAIMUNDO ÍCARO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): CAPES

PALAVRA CHAVE: Sociolinguística, Alfabetização, Prática docente, Cotidiano escolar.

RESUMO

Este trabalho, resultado de pesquisa ainda em curso, é fruto de uma investigação que surge com vistas a identificar os saberes e práticas docentes no que se refere à compreensão da importância da sociolinguística no processo formativo dos discentes nas séries iniciais, mais especificamente durante o processo de alfabetização. Para tanto, como sujeitos da pesquisa, elegemos professoras pedagogas, de duas escolas da rede municipal de ensino, atuantes do município de Vitória, ES.

Em foco está o desejo de saber se, ao alfabetizarem, as referidas profissionais, deparando-se com manifestações claras de variação linguística, levam em consideração a realidade dos alunos e a partir delas dialoga, com vistas ao ensino que respeite o arcabouço cultural, social e linguístico do educando.

Nesse sentido, a pesquisa, de caráter etnográfico, conforme André (2005) e Ludke (1986), interessa-se pelo cotidiano escolar em suas manifestações diversas, buscando identificá-las no ambiente próprio de sua produção. Para além dessas autoras, na investigação acerca desse cotidiano, subvencionamo-nos ainda em Ferraço (2007). Cabe ressaltar que a vida cotidiana nesta pesquisa não se dá como um local específico e delimitado, mas, sim, como um processo; dessa forma, "consideramos cotidiano o próprio movimento de tessitura e partilha dessas redes. As redes não estão no cotidiano. Elas são o cotidiano!" (FERRAÇO, 2007:78).

Suportamo-nos também naqueles pensadores que se detêm de modo mais aprofundado no estudo da língua em suas diferentes manifestações, bem como no processo de alfabetização significativa, assim detivemo-nos nas postulações de Lemle (1989), Bagno (2010), Soares (2004), Mollica (2003), Cagliari (2002) e Alkimin (2003). No que diz respeito ao âmbito legal, aprofundamo-nos em alguns documentos norteadores nos estudo da língua, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – PCNs (1997); e a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996).

Não nos é desconhecida a imensa vastidão cultural brasileira. Embora seja esta valorizada em suas mais variadas facetas, ainda hoje, em razão de uma incompreensão acerca da validade cultural e social das variações linguísticas, bem como da normatização a partir do viés concebido como "padrão" – política e socialmente excludente –, muitas são as ações de efetiva desconsideração e discriminação em relação às manifestações linguísticas que, de algum modo, se diferem do que posto foi como norma e, junto a estas, desconsideram-se/discriminam-se os sujeitos que por meio delas se expressam.

Diante disso, o ensino da língua portuguesa a partir também de suas especificidades, de suas variações regionais, tende a ser rechaçado; corroborando para um obliterado processo formativo. Desconsidera-se o entendimento do aspecto político que envolve o estabelecimento de uma dada norma e a ampla heterogeneidade dialetal, Lemle (1979), e assim perde-se a oportunidade de extrapolar os preceitos duais, como o tão consagrado "certo e errado", em desconsideração da multiplicidade de códigos existentes, uma vez que, conforme Alkimin (2003:32), "[...] nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea."

Por vezes, algo que a pesquisa já tem demonstrado, as professoras, ainda que sob tentativas de promover um ensino significativo e que respeite seus alunos, não percebem que suas práticas, em muito, ratificam discursos promotores da exclusão de todo um aparato sociocultural dos discentes. Desse modo, perpetuam o que Cagliari (2002) postulou, ao dizer que "[...] a escola se engana, mostrando aos alunos que a correção gramatical é sinônima de linguagem correta e perfeita. (89)". Tal fato tem também nos levado a interrogar o processo formativo dessas profissionais docentes. Muitas delas, por meio de entrevistas, declararam não ter tido, durante todo o curso de pedagogia, qualquer referência à abordagem sociolinguística. Fator que, a nosso ver, em muito compromete a possibilidade de um ensino que não seja excludente e discriminatório, como normalmente observamos nas escolas investigadas.

Corroborando com essa perspectiva, Bagno (2010) defende a necessidade de um olhar atento para práticas fundamentadas no preconceito linguístico, a fim de que estas sejam eliminadas e ressalta a importância do entendimento acerca da flexibilidade e mutabilidade da língua, enquanto um organismo vivo a demarcar sua sincronia, historicamente (re)construída. Estando nisso atentos, podemos promover o emergir da visibilização e diálogo entre as diferentes manifestações e com isso alcançar uma fecunda dimensão política, capaz de repensar as próprias estruturas de ensino por nós difundidas, ao passo que, concomitantemente, fomentamos nos educandos os subsídios necessários para que eles, disso cientes, possam transitar nos diferentes tipos de manifestação linguística, conforme a necessidade apresentada.

Todas essas discussões, atreladas às claras necessidades discentes em relação à compreensão do código linguístico, bem como a capacidade de decifrá-lo e articulá-lo, para, inclusive, produzir, nos conduziu também às postulações de Soares (2004), em especial àquela em que a autora advoga a necessidade de articulação entre os processos de alfabetização e letramento. Tendo o primeiro o maior foco no processo de aquisição do sistema de escrita, por meio do ensino diretivo, ordenado e explícito e o segundo o desenvolvimento de habilidades e comportamentos de uso efetivo da língua escrita nas práticas sociais de leitura e escrita. Ambos, se devidamente compreendidos e aliados, possibilitam o processo de aprendizagem efetiva, a qual, assim defendemos, deve estar pautada em um ensino crítico, atento às múltiplas manifestações culturais (dentre as quais as linguísticas), de modo a valorizá-las e conferir-lhes o espaço que lhes é devido.